

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.728 - RS
(2019/0186681-6)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : TANIA PORTALETE DA LUZ
EMBARGANTE : JUSSARA DA LUZ OLIVEIRA
EMBARGANTE : FABRICIO PORTALETE DA LUZ
EMBARGANTE : SANDRA PORTALETE DA LUZ
ADVOGADOS : TELMO RICARDO ABRAHAO SCHORR - RS032158
ARIANE SCHORR PASCHOAL - RS067800
PABLO RODRIGO SCHACKER MILITÃO - RS086620
MARCO GERALDO ABRAHAO SCHORR - RS032025
EMBARGADO : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL
PROCURADORE : PAULO CESAR KLEIN - RS036745
S
FABIO WERKHAUSER E OUTRO(S) - RS032445
INTERES. : LUCI PORTALETE DA LUZ

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Tania Portalete da Luz e outros** contra decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial, sob os seguintes fundamentos: (I) ausência de afronta aos arts. 489, § 1º, e 1.022, do CPC/2015; (II) incidência da Súmula 7 do STJ; e (III) pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 1.029, § 1º, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Alegam as partes embargantes que: (I) "*equivocada a decisão ora embargada quanto ao tópico, com a devida vênia, na medida em que padece de omissão quanto à INDICAÇÃO EXPRESSA ACERCA DOS DISPOSITIVOS NÃO APRECIADOS E ENFRENTADOS PELA CORTE A QUO, em especial quanto ao caráter mandamental das parcelas sub judice, bem como da ausência de liquidação do valor, o que, por certo, afastaria a prescrição e a preclusão das parcelas decorrentes do caráter mandamental.*" (fl. 589); (II) "*a teor do que se verifica da decisão ora embargada ainda, quanto à alegação de que "(...) Nesse contexto, a desconstituição das premissas lançadas pela instância ordinária, acerca da inércia do procurador da parte, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria de fato, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ, bem anotada pelo decisório agravado ,*

Superior Tribunal de Justiça

renovada vênia, equivocada a decisão quanto ao tópico, na medida que, NÃO PRETENDE A RECORRENTE, ORA EMBARGANTE, A ANÁLISE DE MATÉRIA PROBATÓRIA E SIM A ANÁLISE DOS ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS, em flagrante vilipêndio aos dispositivos invocados, razão da necessidade de reforma da decisão ora atacada." (fls. 589/590) e; (III) foram devidamente demonstradas as divergências havidas entre o acórdão recorrido e entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

As razões do recurso foram impugnadas (fls. 603/607).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão atacada ou para correção de erro material.

Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das deficiências em questão, pois a decisão embargada enfrentou e decidiu, de maneira integral e com fundamentação suficiente, toda a controvérsia posta no recurso.

Com efeito, ficou devidamente consignado na decisão embargada que não ocorreu *ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional, bem como, a desconstituição das premissas lançadas pela instância ordinária, acerca da inércia da parte, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria de fato, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ, bem anotada pelo decisório agravado e pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 1.029, §1º, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ."* (fls. 577/578)

Ora, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que, a pretexto de alegadas omissões do *decisum* embargado, traduzem, na verdade, seu inconformismo com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido. Nesse panorama,

Superior Tribunal de Justiça

inexistente qualquer omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

A propósito, destacam-se os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. PRETENSÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que a questão levantada não configura hipótese de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC.

2. A remessa dos autos para julgamento do recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal é decorrência lógica da regra insculpida no art. 543, §1º do CPC.

3. Inexistir qualquer fundamento relevante que justifique a oposição dos presentes embargos ou que venha infirmar as razões contidas na decisão embargada.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no REsp 1471797/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 2/12/2014)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO NÃO DEMONSTRADA. PRETENSÃO DE REDISCUTIR QUESTÕES DEVIDAMENTE EXAMINADAS E DECIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado.

2. A obtenção de efeitos infringentes, como pretende a Embargante, somente é possível, excepcionalmente, nos casos em que, reconhecida a existência de um dos defeitos elencados nos incisos do mencionado art. 535, a alteração do julgado seja consequência inarredável da correção do referido vício; bem como nas hipóteses de erro material ou equívoco manifesto, que, por si sós, sejam suficientes para a inversão do julgado. Precedentes.

3. A pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, é incabível na via dos aclaratórios.

4. Embargos de declaração rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

(EDcl no AgRg no RE nos EDcl no AgRg no REsp 993.078/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/9/2014, DJe 10/10/2014)

Ademais, "*Não configura omissão o simples fato de o julgador não se manifestar sobre todos os argumentos levantados pela parte, uma vez que está obrigado apenas a resolver a questão que lhe foi submetida com base no seu livre convencimento (art. 131, CPC).*" (EDcl nos EDcl no Resp 637.836/DF, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJ 22/5/06).

ANTE O EXPOSTO, rejeito os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

